



Licitação para inspeção de segurança em Paranaguá

“ESTAMOS CONTRATANDO SERVIÇOS E NÃO PESSOAS”



Novamente o discurso de “responsabilidade social” do Sistema Petrobrás foi por água abaixo. Desta vez foi na Petrobrás Transporte. O Sindipetro Paraná e Santa Catarina encaminhou em meados de maio deste ano um ofício à Gerência do TA, onde solicitou esclarecimentos sobre o novo contrato de serviço de inspeção de segurança para o fornecimento de bunker no Terminal Aquaviário de Paranaguá.

O Sindicato tomou conhecimento de que poderia haver irregularidades na prestação dos serviços da empresa vencedora do processo licitatório, sobretudo no que tange questões relacionadas aos trabalhadores terceirizados e ao meio ambiente. A suspeita começava já com o valor apresentado pela licitada [Zorovich &

Maranhão], que ficou cerca de R\$ 1 milhão e 100 mil abaixo do provisionado pela Transpetro. Também houve redução bastante significativa no contingente de trabalhadores para a realização da inspeção, passando de treze para sete funcionários. Outro problema, segundo informações repassadas ao Sindipetro PR/SC, foi que a Zorovich & Maranhão não incluiu no orçamento a lancha necessária para a fiscalização, sendo que essa embarcação seria cedida pela empresa a ser fiscalizada [Skymar], em outras palavras, a fiscalizada estaria beneficiando a fiscalizadora.

Após aproximadamente dois meses de espera e das ameaças de que o Sindicato denunciaria o caso ao Ministério Público, a Gerência do TA da Transpetro

Continua na pag. 2...

finalmente encaminhou um ofício de esclarecimento aos questionamentos realizados pelo Sindipetro PR/SC. Porém, os argumentos apresentados foram considerados insuficientes.

O ofício da Transpetro peca logo no início, quando afirma que a mudança nos objetivos do novo contrato não altera os critérios para a prestação de serviços. Esquece, entretanto, que no novo contrato consta que "o presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer as condições mínimas e básicas para prestação dos serviços pela contratada[...]", ou seja, a terceirizada deve oferecer apenas o "mínimo" na fiscalização. Tal redação não constava no antigo contrato. O escárnio é que o tipo de serviço mudou de "inspeção de segurança no fornecimento de bunker" para "inspeção marítima". Assim, muito estranha o eventual direcionamento entre os concorrentes. Trabalhadores com muitos anos de experiência e capacitação na inspeção de segurança neste tipo de serviço poderiam ser substituídos por marinheiros aposentados. Casualmente parece ser a constituição dos trabalhadores da empresa ganhadora.

Para piorar a situação, a Gerência do TA tenta se eximir de qualquer responsabilidade quanto aos trabalhadores terceirizados. No ofício, afirma que "o memorial descritivo anexo ao processo licitatório não

define o contingente do contrato, deixando claro que estamos contratando um serviço e não pessoas [...]. Cabe à contratada definir o contingente necessário para a prestação do serviço descrito". Com essas afirmações, a Transpetro diz, na verdade, um sonoro pouco me importa a qualidade do serviço prestado e se os trabalhadores terceirizados estão sendo explorados.

O contingente foi reduzido quase pela metade e a empresa acha isso completamente natural, pois no contrato anterior havia expectativa de aumento da demanda. Pior ainda, afirma que o fato da vencedora ter apresentado um valor tão abaixo do provisionado se dá porque ela [a terceirizada] fez "um dimensionamento realizado com base em todas as informações apresentados", algo que, segundo o ofício da Transpetro, as outras empresas não fizeram.

Quando a prática de utilização da mesma lancha da operadora dos rebocadores [Skymar], a Transpetro afirma que isso não é nenhuma novidade, pois já ocorria nos contratos anteriores. Trata-se de tentativa de perpetuar uma prática irregular, mediante o pretexto de "otimização dos recursos".

O Sindipetro PR/SC não se sentiu esclarecido com o ofício e vai continuar a investigação sobre o caso. Não está descartada a possibilidade de oferecer denúncia ao Ministério Público.



Atenção aposentados que continuam trabalhando!

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina alerta os aposentados que continuam trabalhando após a aposentadoria, seja em empresas ou através de abertura de empresa, caracterizando-se como pessoa jurídica, que a Assistência Multidisciplinar de Saúde [AMS] não cobre procedimentos de grande risco ocasionados por acidentes de trabalho. Cabe à empresa responsável pelo trabalhador cobrir os custos com o tratamento médico hospitalar. Isso também vale para os inscritos nos planos 28 e 33.

Caso aconteça algum subterfúgio e o assistido nessas condições conseguir que a AMS pague o tratamento e o plano venha a descobrir, há grande risco de perder o direito à AMS. O mesmo ocorrerá com seus dependentes nos planos 28 e 33.

O Jornal do Sindipetro PR/SC é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC). Com sede em Curitiba, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220-080. Tel.: (41) 3332-4554 / Fax.: (41) 3332-5215. Regional São Mateus do Sul, rua Paulino Vaz da Silva, 535, CEP 83900-000. Tel/Fax.: (42) 3532-1442 - e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. Regional Paranaguá, rua Odilon Mader, 480, bairro Estradinha, CEP 83206-080. Tel/Fax.: (41) 3424-0255 - e-mail: paranagua@sindipetroprsc.org.br. Regional Joinville-SC: rua Elly Soares, 127, sala 2, bairro Floresta, CEP 89211-715 - Tel.: (47) 3025-4014

Correios Eletrônicos

Contato: faleconosco@sindipetroprsc.org.br

Jurídico: juridico@sindipetroprsc.org.br

Imprensa: imprensa@sindipetroprsc.org.br

Saúde: saude@sindipetroprsc.org.br

Formação: formacao@sindipetroprsc.org.br

Aposentados: sec-aposentados@sindipetroprsc.org.br

Jornalista Responsável: Davi S. Macedo (MTb 5462 SRT/PR)
Impressão: Gráfica Popular - Tiragem: 2 mil e 700 exemplares

Diretoria

Adriano, Alexandre, Anselmo, Diego, Claudiney, Dagoberto (Gaúcho), Edison (Ramos), Edison (Edinho), Evaldo (Lamin), Faissal, Fernando, George, Hélio, Humberto, Jaime (Ferreira), José, Leomar, Luciano (Zanetti), Luís Virgílio, Luiz A. dos Santos, Luiz Carlos (Caus), Luiz A. Gonçalves, Manoel, Mário, Nelson, Oilson, Rafael, Rodrigo, Ronaldo, Roni, Rui, Silvaney, Wilson.

|| CAMPANHA REIVINDICATÓRIA 2010 ||

COMEÇOU MAL!

IMORALIDADE!!! Empresa ressuscita o bônus aos gerentes, mas não responde a pauta econômica e as pendências do ACT 2009

Com o pé esquerdo! Foi assim que a empresa começou as negociações da Campanha Reivindicatória 2010. A Petrobrás não respondeu a pauta econômica da categoria, protocolada na primeira quinzena de julho. A FUP, por sua vez, destacou as pendências do atual Acordo Coletivo que ainda não foram resolvidas pela Petrobrás, como é o caso da retenção de verbas das prestadoras de serviço para cobertura das rescisões dos trabalhadores terceirizados e a revisão e atualização das tabelas de reembolso do Programa Jovem Universitário. Outra questão bastante enfocada pelos sindicalistas na reunião foi a urgência de um novo modelo de SMS para dar um basta aos acidentes e mortes na Petrobrás.

Abono para os gerentes - A FUP questionou a verba que os gerentes, supervisores e consultores receberam no dia 26/07, surpreendendo o movimento sindical e os trabalhadores, às vésperas da primeira rodada de negociação. A Gerência de RH informou que, por decisão da diretoria da Petrobrás, foi paga uma "gratificação extraordinária" para funções gratificadas, referente a 60% de uma remuneração, num total de R\$ 90 milhões. Segundo o RH, a tal "gratificação" contemplou cerca de 9,5 mil gerentes, consultores, coordenadores e supervisores, apenas na Petrobrás.

A FUP condenou a falta de transparência e a postura antidemocrática e corporativa dos dirigentes da empresa, que, para privilegiar a sua base social, desqualificaram e discriminaram os demais trabalhadores.

Pendências do ACT - A Petrobrás propôs discutir o Programa Jovem Universitário durante as negociações do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo. Já em relação à retenção de verbas das terceirizadas, a Gerência de RH informou que continua buscando mais subsídios junto ao Ministério do Planejamento para a proposta que está sendo discutida pelo grupo de trabalho montado pela empresa. A Gerência de RH propôs uma reunião específica com a FUP para discutir os trabalhos que estão sendo desenvolvidos por este grupo na construção de um mecanismo que garanta a cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados. A FUP concordou com a reunião, mas criticou de forma enfática a morosidade e a falta de vontade política da Petrobrás



Primeira reunião de negociação decepcionou a categoria

em cumprir o que foi acordado com os trabalhadores, ressaltando que esta questão é fundamental para o andamento da campanha salarial.

Segurança tem que ser prioridade - Os dirigentes sindicais destacaram que o acidente provocado pela BP, que matou 11 trabalhadores no Golfo do México e causou o maior desastre ambiental da indústria de petróleo, só reforça a relevância que o SMS deve ter neste setor, onde o lucro tende a ser priorizado, em detrimento da saúde e segurança dos trabalhadores. A FUP ressaltou a iminência de um acidente de grandes proporções na Petrobrás, caso a empresa continue menosprezando os alertas e reivindicações da categoria.

Desde 1995, já ocorreram 283 mortes por acidentes de trabalho no Sistema Petrobrás, sendo que 228 com trabalhadores terceirizados. A Federação frisou que é preciso dar um basta a este absurdo e cobrou uma atitude propositiva da empresa.

Novo modelo de segurança - em resposta às reivindicações da FUP, a Gerência de RH propôs a criação de um fórum para debater a política de SMS no Sistema Petrobrás e agendou para o dia 04 uma reunião para discutir a composição deste fórum e a forma como será realizado o debate. A Federação ressaltou que este fórum deve ter um caráter amplo e com participação de representantes da diretoria e gerências executivas, focado em discutir e implementar um novo modelo de SMS na empresa, tendo como base as propostas da categoria.

Continuidade das mobilizações - O indicativo da Federação é para que os sindicatos realizem concentrações e atrasos nas unidades entre os dias 09 e 12 de agosto e uma parada de advertência de duas horas no dia 13. A Direção do Sindipetro PR/SC vai debater as formas de mobilização e comunicará a categoria em breve.

Sobre PLR, desconto assistencial e solidariedade

Nos dias 28 e 29 de junho, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina promoveu as assembleias que aprovaram a proposta de quitação da Participação nos Lucros e Resultados [PLR] 2009, que seguiu o indicativo da FUP. Além da PLR, as consultas à categoria também acataram a proposta de desconto de **0,5% do salário-base** a título de contribuição assistencial, que será repassado aos funcionários do Sindicato como forma de abono salarial, sendo que a divisão é feita de forma igualitária entre os trabalhadores do Sindipetro PR/SC.



A conversão do desconto assistencial em abono aos funcionários é uma prática tradicional do Sindicato e tem o objetivo de valorizá-los, pois são trabalhadores que se colocam à disposição das lutas da categoria e laboram em prol das conquistas de direitos e remunerações dos petroleiros.

No ano passado, o desconto foi repassado integralmente aos funcionários. Como neste ano está previsto 0,5%, a expectativa é que a todos os petroleiros contribuam, a fim de que o valor a ser pago seja, ao menos, o mesmo de 2009.

Existe a possibilidade de recusa ao desconto, conforme orientações explícitas no quadro ao lado, mas é uma decisão que demonstra falta de solidariedade e de compromisso com a distribuição de renda na classe trabalhadora. A contribuição que cabe a cada um dos petroleiros é quase irrisória, mas, quando somada e distribuída, representa o reconhecimento pelo trabalho prestado aos funcionários. Fica muito aquém do piso da PLR paga pela Petrobrás, mas faz muita diferença, não apenas pelo dinheiro, mas, sobretudo, pela solidariedade, característica nata da categoria petroleira.

Desconto Assistencial referente ao Acordo de PLR 2009

Em cumprimento às deliberações de sua instância maior [a assembleia], o Sindicato, através da Diretoria Executiva, determina o prazo de um mês, a partir de 09 de julho, para recepcionar cartas de oposição ao desconto assistencial em recusa à contribuição ao abono anual dos funcionários do Sindipetro PR/SC. Tal oposição ao desconto será aceita única e exclusivamente mediante carta padrão disponível na sede do SINDIPETRO PR SC em **Curitiba PR**, Rua Lamenha Lins, 2064 Bairro Rebouças; e nas Regionais em **São Mateus do Sul PR**, Centro, Rua Paulino Vaz da Silva, 535, **Paranaguá PR**, Estradinha, Rua Odilon Mader, 480, e, **Joinville – SC**, Rua Elly Soares, 127, sala 2, bairro Floresta.

A carta deverá ser preenchida de próprio punho, assinada, e entregue nos locais indicados; os casos de impedimento, por força maior, quanto à manifestação na forma e prazo estipulados, serão avaliados pela Diretoria Executiva.

Orientações Gerais:

a. Documento necessário a ser anexado ao pedido: cópia frente e verso do crachá de identificação funcional (*dispensado aos filiados por já estarem cadastrados no sindicato*).

b. A recepção dos pedidos acontecerá nos locais indicados até 12 de agosto de 2010, nos seguintes horários: das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 18h00, de segunda à sexta feira, com exceção de Joinville que tem expediente normal apenas às terças feiras.

c. Solicitações encaminhadas por outros meios e/ou através de terceiros (via correio eletrônico, através de procurações, etc.) serão desconsideradas.

Diretoria Executiva do Sindipetro PR/SC

FÉRIAS DO TRABALHADOR BRASILEIRO

Sindicato firma convênio de cooperação técnica com a Abrastur

Proporcionar ao trabalhador sindicalizado a oportunidade de viajar a lazer pelo país com tarifas e hospedagens reduzidas. É com este objetivo que o Sindipetro Paraná e Santa Catarina firmou convênio de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Cooperativas e Clubes de Turismo Social [Abrastur] para o desenvolvimento, implementação, divulgação e distribuição dos produtos contemplados pelo programa "Férias do Trabalhador Brasileiro", iniciativa do Ministério do Turismo.

A Abrastur disponibilizará planos de viagens, que serão comercializados pelos operadores credenciados e o Sindicato. A ABIH [Associação Brasileira da Indústria de Hoteis], por sua vez, irá dispor, através de sua rede de hotéis, diárias a preços acessíveis.

O programa visa atingir nos próximos dois anos 10% do universo dos trabalhadores formais, ou seja,

aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. Isso significará a geração de 17 milhões de diárias/ano, o que equivale a

um crescimento de aproximadamente 35% na ocupação da rede hoteleira, e permite a movimentação em torno de R\$ 2 bilhões por ano para a cadeia produtiva do turismo, além da geração de 300 mil novos empregos no ramo do turismo e hotelaria.

O Sindipetro PR/SC irá participar de ações conjuntas com a Abrastur para viabilizar a divulgação, promoção e distribuição do "Plano de Viagens Férias do Trabalhador Brasileiro" aos petroleiros sindicalizados.



CUT e centrais lançaram o manifesto “Serra: impostura e golpe contra os trabalhadores”

Documento desmente declarações do candidato de que ele seria o “pai do FAT”

As centrais sindicais lançaram manifesto conjunto no dia 07 de julho onde alertam a população para que não se deixe enganar pelas mentiras veiculadas na rádio e na televisão por José Serra, candidato de Fernando Henrique e do PSDB à Presidência da República, a respeito de pretensas medidas que teria proposto em prol da classe trabalhadora.

Sob o título “Serra: impostura e golpe contra os trabalhadores”, CUT, Força, CGTB, CTB e NCST denunciam que “o candidato José Serra (PSDB) tem se apresentado como um benemérito dos trabalhadores, divulgando inclusive que é o responsável pela criação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e por tirar do papel o Seguro-Desemprego. Não fez nenhuma coisa, nem outra. Aliás, tanto no Congresso Nacional quanto no governo, sua marca registrada foi atuar contra os trabalhadores”. De acordo com as centrais, “a mentira tem perna curta e os fatos desmascaram o tucano”.

Na avaliação dos presidentes Artur Henrique, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Miguel Torres (em exercício), da Força Sindical; Antonio Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Wagner Gomes, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), o fundamental é que a população seja informada, para que dimensione o tamanho da falsidade que vem sendo divulgada pelo PSDB.

“A verdade”, esclareceram, é que “o seguro-desemprego foi criado pelo decreto presidencial nº 2.284, de 10 de março de 1986, assinado pelo então presidente José Sarney. Sua regulamentação ocorreu em 30 de abril daquele ano, através do decreto nº 92.608, passando a ser concedido imediatamente aos trabalhadores”. Da mesma forma, “o FAT foi criado pelo Projeto de Lei nº 991, de 1988,

de autoria do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS). Um ano depois Serra apresentou um projeto sobre o FAT (nº 2.250/1989), que foi considerado prejudicado pelo plenário da Câmara dos Deputados, na sessão de 13 de dezembro de 1989, uma vez que o projeto de Jorge Uequet já havia sido aprovado”.

Na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988), o candidato tucano votou reiteradamente contra os trabalhadores, assinala o manifesto: “Serra não votou pela redução da jornada de trabalho para 40 horas; não votou pela garantia de aumento real do salário mínimo; não votou pelo abono de férias de 1/3 do salário; não votou para garantir 30 dias de aviso prévio; não votou pelo aviso prévio proporcional; não votou pela estabilidade do dirigente sindical; não votou pelo direito de greve; não votou pela licença paternidade; não votou pela nacionalização das reservas minerais”.

Por isso, recordam os sindicalistas, “o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), órgão de assessoria dos trabalhadores, deu nota 3,75 para o desempenho de Serra na Constituinte”. Vale lembrar que no primeiro turno da Constituinte, o atual candidato tucano tirou nota 2,50 e, no segundo turno, por se ausentar em várias votações em que havia votado contra, levou nota 5,0 – o que lhe elevou a média para 3,75.

Já em 1994, diante da proposta de Revisão Constitucional, lembram as centrais, “Serra apresentou a proposta nº 16.643, para permitir a proliferação de vários sindicatos por empresa, cabendo ao patrão decidir com qual sindicato pretendia negociar. Ainda por essa proposta, os sindicatos deixariam de ser das categorias, mas apenas dos seus representados. O objetivo era óbvio: dividir e enfraquecer os trabalhadores e propiciar o lucro fácil das empresas. Os trabalhadores enfrentaram e derrotaram os ataques de Serra contra a sua organização, garantindo a manuten-



ção de seus direitos previstos no artigo 8º da Constituição”.

Conforme o manifesto, “é por essas e outras que Serra, enquanto governador de São Paulo, reprimiu a borrachadas e gás lacrimogêneo os professores que estavam reivindicando melhores salários; jogou a tropa de choque contra a manifestação de policiais civis que reivindicavam aumento de salário, o menor salário do Brasil na categoria; arrochou o salário de todos os servidores públicos do Estado de São Paulo”.

“As Centrais Sindicais brasileiras estão unidas em torno de programa de desenvolvimento nacional aprovado na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1º de junho, com mais de 25 mil lideranças sindicais, contra o retrocesso e para garantir a continuidade do projeto que possibilitou o aumento real de 54% do salário mínimo nos últimos sete anos, a geração de 12 milhões de novos empregos com carteira assinada, que acabou com as privatizações, que descobriu o pré-sal e tirou mais de 30 milhões de brasileiros da rua da amargura”, conclui o documento das centrais.

ENTREVISTA | Diretor de SMS da FUP fala sobre o sistema de insegurança que assola os trabalhadores da Petrobrás



Em entrevista publicada originalmente no jornal Petroleir@s, do Sindipetro Unificado de São Paulo, o presidente do Sindipetro Caxias e diretor da Secretaria de SMS da FUP, Simão

Zanardi, fala das propostas da Federação para melhorar a segurança na empresa e critica a ganância empresarial em detrimento da vida dos trabalhadores.

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, o número de acidente de trabalho nas indústrias de transformação (petróleo, biocombustível e coque) saltou de 5868, em 2006, para 8378, em 2008. A que você atribui esse aumento?

O ramo das indústrias que mais cresce é o do petróleo. Os investimentos em segurança no setor petroleiro não acompanham as reais necessidades para proteger os trabalhadores. Os patrões investem em equipamentos para proteger seu patrimônio, que inclusive são segurados. Os trabalhadores, com pouco treinamento, fazem o que podem para se proteger. A falta de treinamento aliada à falta de proteção ao trabalhador são as causas de acidentes. Não adianta ter instalações seguras, com equipamentos de última

geração, se as empresas não investirem em treinamento e medidas de proteção ao trabalhador.

O que está acontecendo com a segurança do trabalhador da Petrobrás?

O treinamento e a capacitação são as principais ferramentas do trabalhador para evitar o acidente, porém os patrões, para economizarem, não investem em segurança, e preferem conviver com o acidente. A luta pela prevenção para evitar acidentes é uma luta entre o capital x trabalho. Enquanto este pensamento for predominante na classe empresarial, os acidentes continuarão a ocorrer. Temos que ter uma nova mentalidade, mais progressista. Segurança não é custo e sim investimento.

O fato de a Petrobrás ter 295 mil terceirizados agrava o problema de acidentes?

Os empregados próprios têm mais treinamento do que os terceirizados. A luta da FUP e dos seus sindicatos para o treinamento e a aplicação de medidas de proteção ao trabalho tem evitado muitos acidentes. Os sindicatos que representam os terceirizados estão lutando por salário, sabendo que sua garantia no emprego é muito volátil. Acabou o contrato, aca-

bou o emprego. Hoje, a maioria dos acidentes na Petrobrás ocorre com trabalhadores terceirizados.

Qual é a proposta da FUP para melhorar a segurança no Sistema Petrobrás?

Primeiro, temos que dar tranquilidade aos contratados estabelecendo um Fundo Garantidor para evitar o calote na rescisão de contrato, pauta conquistada pela FUP, mas que a Petrobrás não cumpriu. A Petrobrás tem de fazer um imenso treinamento com toda sua força de trabalho, próprios e terceiros, principalmente com os trabalhadores em área de manutenção, operação e produção. A FUP propôs de imediato curso das Normas Regulamentadoras NR-10, NR-13, NR-15 e NR-33. Treinamento em Combate a Incêndio e Primeiros Socorros. Além disso, precisamos implementar os programas de Proteção Respiratória, Proteção Auditiva e Ergonomia. Para garantir segurança na execução dos trabalhos temos que treinar Emissão de PT, Percepção de Risco e Procedimentos Operacionais.

Tudo isso, porém só será possível, com muita luta. A Petrobrás não tem o SMS como investimento. Por isso não cria a estrutura para absolver estas propostas, executar e fazer segurança na prática e não como propaganda.

Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____
 Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____
 Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____
 Empresa: _____ Matrícula: _____
 Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____
 CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____
 Gerência: _____ Órgão: _____
 End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Tel Res.: (____) _____ - _____ Tel Com: (____) _____ - _____
 E-mail: _____

- () **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).
 () **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____, ____ de 2010.

 assinatura